

Moratória endêmica

EUGENIO GUDIN

Tive, na longa experiência que a longevidade me proporcionou, ocasião de acompanhar sérios distúrbios políticos e financeiros em nosso País. A carência de governantes capazes nos levou, por vezes, a situações graves e dificilmente contornáveis. Desde o Funding Loan do fim do século passado até o atual, com a diferença de que não havia, naquele tempo, uma organização de última instância, como o FMI, para quem apelar. É uma instituição que data de 1945. E a falta de um posto de socorro mantinha o País numa situação indefinida de moratória dos pagamentos externos.

Essa situação pára-caótica, como tem tido todos os países do nosso grau de civilização, só podia então apelar para as instituições que podemos chamar de básicas: a Opinião, as Forças Armadas e a Igreja.

Malgrado a maior intromissão da Igreja, nos tempos que correm, ela ainda não constitui um esteio de que nos socorrer.

Quanto às Forças Armadas, importa preliminarmente, que elas estejam unidas (o que não era o caso de 1893, por exemplo). Por fim a opinião do país: Mas é preciso que esta exista. Ainda há poucas semanas citei aqui uma carta de Pompidou (póstuma), escrita a Raymond Aron, referente aos acontecimentos de 68 na França, em que aquele ilustre estadista escrevia: "Para que o governo pudesse apelar para as Forças Armadas, importaria que ele tivesse o respaldo da Opinião."

Mas o que é? como se expressaria a opinião no País? Através de sua imprensa, de seus carpas legislativos e de suas universidades.

Estes elementos da Opinião é que nos faltam pela carência de cultura média e geral, como nos demais Estados do Segundo Grau, a cujo grupo ainda vivemos atrelados. A falta de peso da opinião pública nos deixa sem apoio nas horas difíceis — como a atual. Não confundir opinião pública com política-gem, em que os jornais estão repletos de debates personalistas, ao passo que, vazios de

problemas nacionais. Rui Barbosa dizia que "apelava nos debates estéreis para a soberania da Nação".

Mas onde está entre nós esta soberania da Nação, num país de tão escassa cultura média?

Os males de que estamos padecendo são aliás, os mesmos de que sofriam os recentes governos quanto às possibilidades e capacidades da Nação. De um lado, deixando proliferar uma burocracia sem fim, ao mesmo tempo que de outro lado, nos aventurando em empreendimentos, não só acima de nossas forças como inadaptados a um planejamento objetivo. Até o dia em que os vencimentos se amontoavam e se conjugavam em forma de uma barragem de moratória que é característica endêmica dos Estados do Segundo Grau.

Crisis tivemos em que a origem era de caráter interno (como a de 1930, por exemplo). Outras têm tido a interferência, se não a colaboração — boa ou má, de fatores internacionais, como no caso atual, que, em meu fraco entender, resultou da conjugação da Guerra do Vietnã e a rapina dos árabes.

No Brasil os três reflexos mais salientes foram Brasília (símbolo da aventura), a Petrobrás (produto do gigantismo prematuro e desassissado) e a Incultura, fatores a que se veio juntar o peso da burocracia estatal, do empreguismo inerente ao sistema e da onda caudatária do excesso de população.

Aisso tem se procurado opor o centralismo regressivo e as famosas Empresas Estatais (apenas três ou quatro eficientes, num total de 500). O instrumento executivo é o Decreto-Lei e o cartaz é a Democracia, à qual devemos acrescentar os fabricantes de Constituições. O Brasil é um país de juristas que passam o tempo a formular utopias inexequíveis.

Administrar, operar com eficiência, negar quando preciso, são antíteses do constitucionalismo de fanfaria, tal como o que se verifica nas Repúblicas Latino-Americanas.